



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: A VISÃO DE  
COLEGAS OUVINTES SOBRE A PRESENÇA DE  
ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**

---

**Carine Martins Barcellos**

**SANTA MARIA, RS, Brasil**

**2010**

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: A VISÃO DE COLEGAS  
OUVINTES SOBRE A PRESENÇA DE ALUNOS SURDOS NO  
ENSINO SUPERIOR**

por

**Carine Martins Barcellos**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Orientador: Melânia de Melo Casarin**

**SANTA MARIA, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: A VISÃO DE COLEGAS**  
**OUVINTES SOBRE A PRESENÇA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO**  
**SUPERIOR**

elaborado por

**Carine Martins Barcellos**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de***  
***Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profª Ms. Melânia de Mello Casarin**  
(Presidente/Orientador)

---

Profª. Esp. Vanise Mello Lorensi

---

Profª. Cátia Lina de Oliveira Machado

SANTA MARIA, RS, Brasil  
2010

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: A VISÃO DE COLEGAS OUVINTES SOBRE A PRESENÇA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**

AUTOR: CARINE MARTINS BARCELLOS  
ORIENTADOR: MELÂNIA DE MELO CASARIN  
SANTA MARIA, RS, Brasil

**Resumo:** Falar em inclusão é citar diversos aspectos tanto históricos quanto funcionais da educação especial no cenário nacional. A educação de surdos, que já passou por diversas mudanças e diferentes correntes teóricas, aponta hoje dentre outros aspectos questões relativas a acessibilidade pois, da educação infantil ao ensino superior, os surdos tem direito legal ao acesso a informação na sua língua própria, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O presente trabalho tem por objetivo analisar a visão dos ouvintes a respeito da presença de um colega surdo em um curso de ensino superior. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de uma entrevista semi-estruturada constando perguntas sobre o tema sendo realizada com 5 (cinco) sujeitos ouvintes que tivessem como colegas alunos surdos no ensino superior. A análise dos dados foi baseada nos estudos sobre a surdez. A abordagem de pesquisa deu-se sob ótica da pesquisa qualitativa. Os resultados mostram que ainda há uma tendência a ver o surdo como digno de pena, mas que em ensino superior, a presença deles em sala, tem sido uma boa proposta para a socialização e o maior conhecimento sobre a questão.

**Palavras-chaves:** inclusão; surdez; ensino superior.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
3.1 A Língua de Sinais .....	9
3.2 A Comunidade Surda .....	10
3.3 A Cultura Surda .....	11
3.4 Interação surdos x ouvintes: existe uma inclusão? .....	13
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>20</b>
<b>6 ANEXOS .....</b>	<b>22</b>
6.1 Anexo 1 - Entrevista: como vejo a presença de um surdo na sala de aula do ensino superior? .....	23
6.2 Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	24

## **1 APRESENTAÇÃO:**

As correntes teóricas que fundamentam a educação de surdos foram, ao longo do tempo, se modificando e se tornando espaços onde os sujeitos são respeitados em suas diferenças e tendo como base para seu aprendizado e construção da identidade a Língua de Sinais. Com a transformação de tais correntes teóricas, tem-se hoje a proposta inclusiva que está baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação Especial como a modalidade escolar para educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino (Capítulo V, artigo 58). Esta política de educação tem como objetivo a promoção da educação para todos.

As escolas que trabalham com a proposta inclusiva são ambientes em que estão envolvidos diversos sujeitos como professores, funcionários, administradores e colegas. A amplitude do assunto faz com que se tenha a necessidade de realizar vários e diferentes estudos objetivando-se por entender os fatores de influência na educação inclusiva. Na presente pesquisa o enfoque é dado à visão dos colegas ouvintes a respeito da presença de alunos surdos na sala de aula no ensino superior e se esta poderá influenciar o aprendizado.

Justifica-se este tipo de estudo porque as informações sobre a presença de pessoas surdas e de suas condições nas instituições de ensino superior são incipientes. Sendo assim este estudo poderá contribuir na melhoria e no avanço da acessibilidade, na inserção cada vez maior e de mais qualidade dos surdos na educação superior bem como na sociabilização dos mesmos em meio aos colegas ouvintes, da mesma forma que contribui para a informação e conscientização dos acadêmicos e professores que terão como colegas pessoas surdas sendo igualmente importante para estudos e estudiosos da área.

Este estudo tem como hipótese central que colegas ouvintes apresentam diferentes opiniões em relação à presença de um colega surdo acompanhado de um intérprete na sala e que as impressões, ideias e o conhecimento sobre a surdez e os surdos por parte dos colegas poderão estar influenciando a aprendizagem, sua avaliação e as relações entre colegas.

Partindo das informações supracitadas, o estudo teve como objetivo geral analisar a visão dos ouvintes a respeito da presença de um colega surdo em um curso de ensino superior e como objetivos específicos verificar como se dão as práticas e as ações da rotina de uma sala de aula com a presença de um colega surdo, verificar se a presença de surdos na sala de aula de ensino superior motiva os colegas a aprenderem LIBRAS, verificar se essa visão pode interferir na inclusão dos surdos em classes de ensino superior e verificar a visão que os colegas ouvintes têm sobre a surdez e os surdos.

O presente trabalho aborda como tema principal a inclusão e se apresenta dividido em subtítulos onde constam temas relevantes sobre a surdez, sendo eles a Língua de Sinais, a Comunidade Surda, a Cultura Surda e a Interação surdos x ouvintes: existe uma inclusão?, neste último contendo os entrelaçamentos entre a teoria e as entrevistas realizadas.

## **2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO:**

Esta pesquisa está delineada como sendo de cunho descritivo e qualitativo. A amostra é de conveniência e consta de alunos ouvintes regularmente matriculados na Universidade Luterana do Brasil/Campus Santa Maria (ULBRA/SM) que tem como colegas, alunos surdos. Foram selecionados 5 (cinco) sujeitos nas turmas onde houver alunos surdos.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semi-estruturada (anexo 1), constituída de perguntas sobre o tema da investigação. Os entrevistados deveriam responder as perguntas dirigidas oralmente pelo entrevistador e poderiam, sempre que julgassem necessário, realizar perguntas e levantar outros temas de seu interesse relacionados ao assunto da entrevista.

Os sujeitos foram devidamente esclarecidos sobre a metodologia e os objetivos da pesquisa, importância e contribuição da mesma em estudos acadêmicos e em meio social. Após os esclarecimentos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (anexo 2), onde manifestaram seu interesse em participar do estudo. Desta forma tiveram também assegurados, os direitos de sigilo de identidade e de voluntariado na pesquisa.

Os dados foram transcritos e a análise dos mesmos foi realizada a partir das respostas dos sujeitos em relação à opinião e ao imaginário dos alunos em relação à presença de um colega surdo acompanhado de um intérprete em um curso de graduação superior. A entrevista foi aplicada pela pesquisadora e analisada pela mesma juntamente com a orientadora.

Os sujeitos da pesquisa serão identificados aqui por letras iniciais fictícias para preservação da identidade dos mesmos, sendo eles J., L., A., A2. e M.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO:**

#### **3.1 A LÍNGUA DE SINAIS**

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais, pois surgiram da mesma forma que as línguas orais, ou seja, da interação entre os sujeitos. São também consideradas línguas naturais porque permitem a expressão de qualquer conceito - descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato - enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano (FERREIRA-BRITO, 2004).

A Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa, porém as línguas de sinais não são universais, cada localidade possui a sua. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua e, como todas as demais línguas, é dinâmica, podendo sofrer alterações no decorrer do tempo e do espaço e no próprio processo interativo, possuindo estrutura gramatical própria. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço (GOLDFELD, 2002).

Em suma, de acordo com a legislação vigente, Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002

...a LIBRAS constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

Os surdos se desenvolvem através da Língua de Sinais e sua linguagem evolui através dela (PEIXOTO, 2006). Para os surdos falantes de LIBRAS é esta que amplia sua potencialidade cognitiva e conceitual podendo, por meio dela, compreender a realidade que o circunda.

### 3.2 A COMUNIDADE SURDA

O termo comunidade designa-se por ser um grupo de pessoas que tem o mesmo objetivo (BUENO, 1968). Desta forma os surdos colocam-se como um grupo, a *comunidade surda*. Na opinião de Bauman (2003, p.7), *comunidade é um lugar confortável e acolhedor, que tem proteção e segurança*. Os surdos têm sua comunidade, participam dela, freqüentam associações de surdos, escolas, igrejas e marcam pontos de encontro entre eles (como, por exemplo, bares, praças, shoppings, etc.), onde há possibilidade da comunicação em LS.

Para Skliar (1997, p. 143) a comunidade surda está "caracterizada por compartilhar uma Língua de Sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios" e é, também, compreendida como pertencente aos grupos minoritários (KAUCHAKJE, 2003) como os afro-descendentes ou os índios.

Os surdos têm sua comunidade, onde se identificam entre si, porém moram com suas famílias que, em sua maioria, são ouvintes e não tem conhecimento de LIBRAS, fazendo com que a comunicação entre os membros seja defasada.

A comunidade surda também abre fronteira aos ouvintes que participam dela, tendo professores ouvintes em suas escolas, intérpretes de LIBRAS e pessoas interessadas que desejem aprender LIBRAS e que participam da associação de surdos. Segundo Padden e Humphries (1988, p.5).

Uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apóiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar.

Uma comunidade surda não precisa ser necessária e exclusivamente formada por surdos, na realidade ela poder ser formada

por estudantes surdos, mestres e doutores, professores surdos e ouvintes, usuários e intérpretes de LIBRAS. A comunidade surda é muito importante na medida em que auxilia e mantém os surdos unidos em busca dos seus objetivos.

### 3.3 A CULTURA SURDA

A língua de sinais é natural para os surdos e faz parte de sua constituição enquanto sujeito. Wrigley (1996, p. 45) coloca que “o traço significativo que define a cultura dos surdos é o uso de uma língua de sinais.” Os surdos têm uma cultura própria e diferente; pode-se pensar que a cultura dos surdos é a cultura de “pessoas que experienciam o mundo visualmente independente de sons” (SKLIAR; QUADROS, 2000, p. 43). Não uma cultura adaptada da cultura ouvinte, mas sim uma cultura construída pelos surdos. Segundo Miranda (2001, p.20):

A comunidade surda constrói uma cultura e produz identidades em espaços geográficos, no sentido de não nascerem dentro desses, mas em espaços possibilitados ou conquistados para que ocorra, intencionalmente ou não, a organização e a produção surda.

Sendo a cultura surda autônoma, ela coloca os surdos em um espaço diferente, simbólico. Sendo assim, Perlin (2004, p.73) cita que “entrar no lugar da cultura surda requer conhecimento da experiência do ser surdo/a com toda a transformação que o acompanha.”

Na cultura surda, os elementos e estímulos visuais são de fundamental importância e relevância em todos os âmbitos da vida dos surdos. Skliar e Quadros (2000, p. 49) afirmam que:

A experiência é visual desde o ponto de vista físico (os encontros, as festas, as histórias, as casas, os equipamentos...) até o ponto de vista mental (a língua, os sonhos, os pensamentos, as idéias...). Como consequência é possível dizer que a *cultura é visual*. As produções

lingüísticas, artísticas, científicas e as relações sociais são visuais.

Os sujeitos podem se deslocar em e para culturas diferentes, bem como os surdos que, ao entrarem em contato de outros surdos sinalizadores, migram/deslocam-se para a cultura surda. Como podem-se citar os surdos que eram oralizados anteriormente e após aprenderem e terem contato com a língua de sinais e a cultura surda, passam a fazer parte de tal cultura, identificando-se com os demais.

Lane (1992, p. 40) coloca pontos importantes que são como marcas da cultura dos surdos:

- a) a sua dignidade, ou seja, não aceitar o que os médicos dizem “que são deficientes”; isto não é próprio da cultura;
- b) sua linguagem: os educadores não respeitam, só reprimem a própria língua da cultura dos surdos;
- c) sua história surda: os ouvintes roubam a história própria dos surdos e dentro no currículo nunca ensina a história própria dos surdos;
- d) sua organização social e costumes: sempre os profissionais da medicina falam mal dos costumes dos surdos, dizendo que são bobagens e têm menor nível do que os costumes dos ouvintes, mas isso não é verdade;
- e) sua agenda política: os ouvintes continuam diminuindo ou abaixando o poder dos líderes surdos, não respeitam as opiniões dos surdos e até “empurram” os surdos para trás em suas conquistas, às vezes.

Assim é importante entender que a cultura é composta por práticas sociais sem neutralidade. Perlin (2000) dispõe sobre a relevância de se pensar a cultura como base para a construção do currículo na educação dos surdos. No ensino superior é necessário que se tenha este conhecimento e que se respeite o surdo enquanto sujeito cultural, considerando suas especificidades. Desta forma, o sujeito surdo terá acesso às representações da própria cultura proporcionando-lhe uma

gama maior de possibilidades e a acessibilidade ao conteúdo na sua forma de ver o mundo.

### **3.4 INTERAÇÃO SURDOS X OUVINTES: EXISTE UMA INCLUSÃO?**

Para muitos educadores, em diversos níveis de ensino, a inclusão tem sido foco de reflexões e motivo de ansiedade. Isto porque a inclusão pressupõe diversas e importantes mudanças como textuais/legais, simbólicas, de representação, curriculares, avaliativas, entre outras sobre os sujeitos, no caso os surdos, que estão sendo incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo (GOECKS e THOMA, 2006).

O tema inclusão é pauta de diversas discussões e assunto de muitos estudos e pesquisas. Falar em inclusão remete a fatos históricos e filosóficos da educação em geral e da educação de pessoas com necessidades especiais, bem como da educação de surdos. A inclusão precisa ser vista a partir de óticas que visem a inserção do surdo, considerando suas particularidades enquanto sujeito que tem uma língua e uma cultura surda, fazendo com que o preconceito seja menor a cada dia. Na fala da entrevistada J pode-se ler:

*“A inclusão...ela não é feita por todos infelizmente. Deveria ter um pouquinho mais de...eu não sei se isso faz parte da própria pessoa, mas acho que assim, a inclusão deveria ser mais divulgada e ser melhor aceita por todos. Porque é uma coisa bonita, eu acho que tem lugar pra todos.”*

Contudo, é necessário muito mais do que conscientização e conhecimento sobre a língua e a linguagem do surdo, para que a inclusão se dê a partir desse viés, é preciso também uma transformação das

práticas educacionais vigentes. Pesquisas demonstram haver certa inadequação do sistema de ensino dos surdos fazendo com que isto gere a necessidade de estudos específicos, providências e práticas que qualifiquem o desenvolvimento destas pessoas (LACERDA, 2007).

A partir do momento em que se tem a opção de inserir o aluno surdo no ensino regular, tornam-se necessárias medidas que tenham por objetivo garantir o pleno acesso aos diferentes conhecimentos trabalhados em sala de aula, da mesma maneira que é preciso ter entendimento e respeito pela condição lingüística específica do surdo e por seu modo específico de funcionamento (LACERDA, 2007). Os colegas entrevistados também colocam isso como ponto importante na inclusão do surdo, como na fala de L.:

*“eu acredito que não que vá dificultar, mas se os professores tivessem a consciência que tem uma pessoa ali que a intérprete tem que passar as informações, que melhorassem mais em relação ao ritmo da aula, das informações.”.*

Lacerda (2007) discorre ainda a respeito da importante relevância e precisão do reconhecimento da necessidade de um plano e/ou programa educacional que venha a contemplar às capacidades dos diferentes alunos, indicando também a importância de oferecer assistência e acessibilidade.

A mesma autora argumenta também que a inclusão é tida mais como uma “boa proposta” para a comunidade escolar e a comunidade em geral, já que, desta forma, põe-se aberta ao contato e a convivência com as diferenças. Muito embora, esta inclusão acaba se dando em detrimento de uma prática adequada às pessoas que necessitam de condições diferentes para aprender, já que estas necessidades nem sempre tem

sido supridas nos ambientes educacionais (LACERDA, 2007). Tal fato fica expresso na fala do entrevistado J.:

*“Eu acho que só vem a acrescentar um tipo de inclusão que muitos não aceitam, mas eu acho isso perfeito, acho que toda instituição deveria ter esse contato com os surdos e os colegas também. Eu acho que a gente é quem vem a ganhar com isso.”*

Para a comunidade escolar, a inclusão é tida como uma proposta adequada, pois esta se mostra disposta a entrar em contato com as diferenças, mesmo que este contato não seja necessariamente satisfatório para os surdos que, necessitam de condições educativas, como a intérprete de LIBRAS e material visual, que, em certos casos, não têm sido propiciadas pelo ambiente educacional (LACERDA, 2006). Na fala dos 5 (cinco) colegas entrevistados fica claro que os mesmos vêem a presença do surdo como ponto positivo, mas entendem que talvez eles necessitem de outros meios de aprendizagem, ainda que não saibam exatamente quais ou tenham idéias destorcidas sobre o assunto, como a fala de M. quando questionada se os surdos teriam as mesmas condições de aprendizagem:

*“Eu acho que tem, desde que leiam bastante sobre o assunto neh (...)eu acho que eles tem que ler muito, mais que os outros.”*

Porém, pesquisas como a de Lacerda (2006) colocam que, mesmo havendo um intérprete para a tradução/interpretação, não está garantido que a inclusão será satisfatória, sendo, por isso, necessária uma série de outras providências para que o aluno surdo possa ser atendido adequadamente e de fato incluído na turma, participando ativamente do processo educativo e tendo acesso ao conteúdo da mesma maneira que

os demais. Os colegas também citam a importância da presença do intérprete quando dizem respectivamente J. e L.:

*“Eu acho que influencia assim, positivamente porque a gente acaba pegando os trejeitos do próprio intérprete com os surdos e tentando imitar muitas vezes. Eu já tentei imitar, só que não dá certo. (risos)” e “Ele tá ali como um meio de ele (o surdo) tá se comunicando e as pessoas que não conseguem se comunicar através dos sinais tá compreendendo e entendendo o que ele tá querendo manifestar.”*

As pesquisas sobre a inclusão de surdos adultos em cursos universitários ainda são bastante escassas, embora em número também reduzido, as pesquisas sobre inclusão relacionadas ao ensino básico, como, por exemplo, a pesquisa de Lacerda (2006), são mais comuns, mas não contemplam pontos diferenciais da educação em ensino superior que tange outros aspectos. Na pesquisa, a autora (Lacerda, 2006) encontrou dados que indicam que o modelo inclusivo pode não incluir verdadeiramente, constatando que, o aluno surdo, ainda que fisicamente presente, não é considerado em muitos aspectos, o que vem a criar uma falsa imagem de que a inclusão foi satisfatória. É possível que estes fatos se arrastem até o ensino superior, onde ainda existem diversos problemas com relação à presença de um surdo em sala de aula.

Os colegas entrevistados fazem apontamentos relevantes sobre a inclusão, alguns atentam para fatos específicos, outros consideram a inclusão ainda de maneira incipiente ou contraditória, como:

*“Olha, pra mim a inclusão, o fato de eles estarem numa sala de aula, estarem participando, estarem expondo seus pontos de vista, pra mim isso já se caracteriza como uma inclusão (...)” (L.) e “Acho que nesses gestos assim,*

*devagarinho neh. Tu tá se cumprimentando assim, sabe tu tá conversando assim, já é alguma coisa, tu não tá escantiando a pessoa.” (A.).*

Aparece ainda, na fala dos colegas, referência a entenderem que há certa ligação entre o fato de os colegas serem surdos e receberem um tratamento diferenciado dos professores. Os colegas colocam que existe uma tolerância dos professores em relação aos surdos já que o fato de não entregarem trabalhos ou realizarem tarefas solicitadas bem como de não participarem durante as aulas dando suas opiniões sobre os temas estudados são aceitos e relevados por alguns professores, como na fala de A2:

*“É, na verdade eu acredito que deveria ser cobrado mais deles essa participação, acho que tinha que ser aberto pra eles no momento de falar enfim...porque eu vejo que não é, não pode ser desculpa neh, eles não participem assim como qualquer outro colega que tem todo o funcionamento alí, ouve, fala, enfim e às vezes não traz a tarefa feita neh, eu acho que eles também teriam que ter essa iniciativa de quererem participar e até o professor buscar um pouquinho, forçar um pouquinho eles pra participar neh, eu vejo isso.”*

Isto pode ser observado, também, na pesquisa de Lacerda (2006) que no mesmo trabalho, cita que a experiência de inclusão demonstra-se muito benéfica aos alunos ouvintes em vista de que estes podem ter a oportunidade de conviver com a diferença e desta maneira podem elaborar e desenvolver “seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda.” (p. 181). Esta experiência faz com que os colegas desenvolvam um pensamento crítico sobre as questões da diferença, tenham conhecimento sobre a surdez e construam uma sociedade menos

preconceituosa. Porém o que se vê é que há um avanço no sentido da aceitação e da conscientização em relação aos surdos e sua inclusão, na fala de J.:

*“O que eu gostaria mais é que viessem mais colegas como eles, porque os dois colegas pelo menos que eu tenho mais contato são pessoas que eu adoro, que eu estimo muito e que eu admiro demais a força de vontade que eles tem em aprender e a expor o melhor deles.”*

Por isso, em vista de ter um movimento no sentido de se efetivar uma prática satisfatória de inclusão, sendo esta a proposta atual para a educação de surdos, se faz necessário um programa que contemple as demandas oriundas da presença de um surdo na sala. Incluir um aluno em ensino superior vai além da presença dele na sala e da disponibilidade de um intérprete, é preciso que, mesmo os professores de ensino superior e os colegas que dividem as disciplinas com os surdos, tenham consciência e conhecimento básico sobre o que significa a comunidade surda, a cultura surda, a identidade surda e principalmente, da importância fundamental da Língua de Sinais para o aprendizado dos sujeitos surdos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Concluindo a análise das entrevistas dos colegas ouvintes fica evidente que, embora proclamem um discurso de que os alunos surdos têm todas as condições de serem incluídos e de terem o mesmo aprendizado que os demais porque são inteligentes, conseguem aprender e participar, na prática, os surdos ainda são “tratados” como excluídos, na medida em que se exige menos deles e se tolera muito mais comportamentos diferentes e a não realização de atividades solicitadas pelos professores.

Os colegas demonstram que há possibilidade de inclusão dos alunos surdos e veem a presença dos mesmos e do intérprete como benéfica, já que, desta maneira, podem conhecer, se informar, partilhar e ter novas experiências juntos aos colegas surdos, ampliando suas visões sobre a questão e sobre o mundo. Acreditam ainda que os surdos têm as mesmas capacidades de atuação profissional quanto os demais (ouvintes), mas que precisam atuar dentro de suas possibilidades, ou seja, com pessoas que tenham o conhecimento da LIBRAS igualmente. A comunicação ainda não se dá de maneira efetiva porque alegam não ter conhecimento da Língua de Sinais, necessitando do auxílio do intérprete.

Esse estudo colabora para um maior conhecimento sobre a inclusão do surdo em ensino superior, em um ambiente em que estarão sendo formados como profissionais para atuarem no mercado futuramente. Estudos nessa área ainda são escassos, sendo este estudo, portanto, um grande passo para que outros trabalhos venham a colaborar com a melhoria e a conscientização das reais necessidades dos surdos ao cursarem faculdade.

## 5 REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.libras.org.br/leilibras.php>. Acesso em: 23 fev, 2010.

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

GESSER, A. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas**. Trabalho de Linguística Aplicada. Campinas, Jan./Jun., 2008.

GÓES, M. C. R. de (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

GOECKS, A. M.; THOMA, A. da S. **A Inclusão no Ensino Superior: discursos e representações sobre alunos com necessidades especiais nas IES comunitárias do Rio Grande do Sul**. G. Ciências Humanas - 7. Educação - 6. Educação Especial. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC – Florianópolis. Jul, 2006.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva neo-interacionista**. 2ª ed.- São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com alunos surdo**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n. 2, p. 257-280, mai/ago, 2007.

LANE, H. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/1996.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PEIXOTO, R. C. **Algumas Considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção Inicial da Escrita pela Criança Surda.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago, 2006

PERLIN, G. **Identidade surda e currículo.** In: LACERDA, C. B. F. GÓES, M. C. R. de (Org.) *Surdez: processos educativos e subjetividade.* São Paulo: Lovise, 2000.

SILVA, M. S.; ALVES, P. P.; SILVA, F. A. B.; **Qualidade do Ensino de LIBRAS em Cristalina - GO.** Pesquisa apresentada a FACESA - Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires como requisito parcial à obtenção de aprovação na disciplina Metodologia Científica do Curso de Farmácia – Bacharelado. Cristalina, 2004.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

**ANEXOS**

## **6 ANEXOS**

### **6.1 Anexo 1**

**Entrevista: como vejo a presença de um surdo na sala de aula do ensino superior?**

#### **- CONVIVÊNCIA E LÍNGUA**

- 1.** Você tem contato com seu colega surdo?
- 2.** Você conversa habitualmente com seu colega? Se sim, utiliza auxílio de intérprete ou consegue se comunicar com ele?
- 3.** Você tem ou teve interesse em aprender a língua de sinais?
- 4.** Algum colega ouvinte, a partir dessa experiência, buscou aprender essa língua?
- 5.** Há pessoas ouvintes que além da intérprete conversam com o surdo nos intervalos ou em outros momentos?
- 6.** Com quem ele/ela faz as atividades de grupo? Há uma diversidade de colegas que fazem trabalhos com ele/ela, ou são sempre os mesmos?
- 7.** Como se dá as apresentações de trabalhos? Ele efetivamente apresenta trabalhos?

#### **- INCLUSÃO**

- 8.** Você acredita que um colega surdo pode atrapalhar o andamento ou o rendimento da aula?
- 9.** Você acredita que a presença do intérprete junto ao colega surdo pode influenciar o aprendizado dos demais? Se sim, de que forma isso poderia acontecer?
- 10.** De acordo com a sua opinião, os surdos têm o mesmo aprendizado dos demais colegas e que poderão atuar na profissão para a qual estão fazendo formação?
- 11.** No seu modo de ver, há inclusão dos colegas surdos?
- 12.** Como você percebe a inclusão?
- 13.** Teria alguma sugestão ou alguma mudança que gostaria de fazer a respeito de haver um colega surdo na sala?

## 6.2 Anexo 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- **TÍTULO: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

COORDENADORES:

Melânia de Melo Casarin

Ana Cláudia Pavão Siluk

Eliana da Costa Pereira de Menezes

Priscila Turchiello

Telefone: 055-3220-8925

LOCAL DA COLETA DE DADOS: Centro de Educação – UFSM

Prezado/a Senhor/a

- Você está sendo convidado/a a participar de pesquisas que compõem o conjunto de ações investigativas do Curso de Especialização em Educação Especial: déficit Cognitivo e Educação de Surdos
- Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder o benefício aos quais tenha direito.

#### **Objetivo do estudo:**

- Investigar as experiências educacionais inclusivas no contexto da educação especial propostas no conjunto de intenções de pesquisa do Curso de Especialização em Educação Especial: déficit Cognitivo e Educação de Surdos

**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento de questionário, respondendo às perguntas formuladas.

**Benefícios:** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefícios diretos para você.

**Riscos:** O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

**Sigilo:** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Sujeito de pesquisa/representante legal  
nº identidade

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
Carine Barcelos – orientanda / Melânia de Melo Casarin – orientadora do estudo